

EDUARDO LAZZARINI/FOLHA IMAGEM



Eleitores esperam vez de votar em escola municipal no Jabaquara, em São Paulo (SP), em 2002. No total, votante deve digitar 21 teclas para eleger representantes

## Brasileiros decidem rumos do país neste domingo

126 milhões de eleitores vão às urnas para **escolher** deputados federais e estaduais, **senadores**, governadores e **presidente** da República. TSE recomenda: leve os **números** dos candidatos para agilizar a **votação**

PÁGINA 3

**Relator quer aprovar o Orçamento sem LDO**

PÁGINA 8

**Decisões do Conselho de Ética ficam para outubro**

PÁGINA 5

### — cidadania

**Atenção redobrada na hora de contratar seguros**

Seguro de vida, de responsabilidade civil, seguro-educação, previdência privada ou seguro-residência. São muitas opções de cobertura. Mas quem quer contratar seguro tem que saber onde está pisando. Veja boas dicas nesta edição do *Especial Cidadania*.

PÁGINA 12

**Falta punição a quem faz tráfico de pessoas**

Apesar dos muitos casos registrados de exploração sexual e tráfico humano no país, ainda são raras as condenações de traficantes. Projetos do Senado que dão maior rigor no combate ao crime aguardam votação na Câmara.

PÁGINAS 6 E 7

MOREIRA MARIZ



Para evitar o uso político da nova CPI, Heráclito propõe sua instalação após o período eleitoral

**Oposição pede CPI das ONGs para apurar repasses**

O senador Heráclito Fortes coleta assinaturas para criar CPI destinada a apurar repasses de recursos federais a ONGs ligadas ao PT. Já Ideli Salvatti cobra empenho na investigação das denúncias de envolvimento dos ex-ministros da Saúde Barjas Negri e José Serra no esquema de compra de ambulâncias.

PÁGINA 4

**e mais...**

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 9
FRASES	Página 9
VOZ DO LEITOR	Página 9
ACONTECEU NO SENADO	Página 11



gendagendaendagen **agenda** gendagendaendagen

# Proposta do TSE tramita na Câmara com prioridade

**E**stá sob regime de prioridade para votação na Câmara projeto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) assinado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, determinando que as contas dos candidatos eleitos deverão ser obrigatoriamente julgadas antes da diplomação, ficando para depois o exame das contas dos não eleitos.

De acordo com o projeto, que aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, antes de ir a Plenário, a decisão que julgar as contas dos eleitos deverá ser publicada até oito dias antes da diplomação. As normas não valerão para as eleições deste ano.

A proposta (PLS 391/05) objetiva rever e atualizar as normas que punem os delitos eleitorais, assim

como modernizar o sistema de prestação de contas dos partidos políticos. Em maio último, esse projeto foi aprovado pelos senadores e enviado à Câmara.

O texto altera a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97) para dispor que o processo de prestação de contas poderá ser reaberto a qualquer tempo, por provocação do Ministério Público, de partido político ou pelo próprio candidato, se quiser retificá-las.

No Senado, o projeto ganhou um artigo determinando que o direito à compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão de horário gratuito, destinado às propagandas partidária e eleitoral, também se aplica à veiculação de propaganda gratuita de plebiscitos e referendos.

## Arbitragem facilita solução de conflitos há dez anos

A lei que possibilita a solução de litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis por meio de decisões arbitrais válidas como sentenças judiciais (Lei 9.307/96) completou dez anos de vigência no último sábado. Resultante de proposta do senador Marco Maciel (PFL-PE), a lei vem sendo utilizada pela iniciativa privada como alternativa à morosidade do processo judicial.

– As transformações, embora pouco notadas pela sociedade, são essenciais, pois tratam de criar mecanismos de proteção e garantias individuais que se conformem, sob o ponto de vista jurídico e sob os aspectos econômicos e sociais, com o

pleno exercício dos direitos humanos – explica Maciel.

Em São Paulo, onde estão 34% dos processos judiciais em andamento no país, o número de conflitos solucionados por intermédio da arbitragem já se aproxima dos 20 mil, segundo dados do Conselho Arbitral do Estado de São Paulo (Caesp), uma das 118 câmaras arbitrais do país que, juntas, formam o Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (Conima).

O Tribunal Arbitral de São Paulo (Tasp) promove, de 4 a 6 de outubro, seminário com o tema “A viabilidade da arbitragem na solução de conflitos trabalhistas”.



GERALDO MAGELA

A diminuição da tutela do Estado, com aumento dos poderes da cidadania, é objetivo do processo de modernização, diz Maciel

## Eleições 2006

### Fiscalize você mesmo e garanta eleições justas

Nesta edição, o **Jornal do Senado** encerra a série de colunas “Eleições 2006”, iniciada na primeira semana de agosto com o objetivo de esclarecer os leitores/eleitores sobre as principais dúvidas em relação ao assunto. Para o dia de votar, saiba o que a lei assegura a candidatos e eleitores. E fique de olho, ajudando a evitar a ocorrência de irregularidades.

#### Boca-de-urna

Esse é o nome pelo qual ficou conhecida a propaganda realizada no dia da eleição. Ela é expressamente proibida no Brasil pela lei eleitoral (Lei 9.504/97). Mas, afinal, o que está proibido e o que é permitido no dia das eleições? Não pode haver, por exemplo, divulgação de candidaturas por meio de alto-falantes; realização de comício ou carreatas; distribuição de material de propaganda política; e aliciamento, transporte ou coação de eleitores. Tudo isso, segundo a lei, influi na

vontade do eleitor. Para garantir o cumprimento da lei, os infratores podem ser detidos na hora e, caso

sejam condenados, sofrer uma punição de seis meses a um ano de detenção - com alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período -, mais multa de R\$ 5,3 mil a R\$ 16 mil. Porém, manifestações espontâneas do eleitor em favor de seu candidato não podem ser caracterizadas como boca-de-urna. Assim, a Justiça Eleitoral garante que o eleitor pode vestir camiseta ou *buttons* que identifiquem seu voto, por exemplo. Mas estão excluídas dessa liberalidade quaisquer pessoas que estiverem a serviço da Justiça Eleitoral no dia da eleição. O eleitor pode até agitar a bandeira do seu partido nas ruas e andar no seu carro enfeitado de adesivos, mas não pode se manifestar dentro da sessão eleitoral em que vota. A distribuição de material como santinhos, panfletos ou adesivos está proibida

próximo aos locais de votação. Nenhuma dessas manifestações pode ser coletiva, ou seja, feita por um grupo de pessoas. Quem quiser, pode recorrer à ajuda de uma “cola” - um papel, impresso ou anotado à mão, em que constem os nomes e números dos candidatos, ou instruções para o voto na urna eletrônica - sem problemas. Mas ninguém pode usar telefone celular ou outro equipamento de telecomunicação no recinto de votação.

Aos candidatos, a Justiça Eleitoral permite a veiculação de propaganda eleitoral paga na imprensa escrita (jornal, revista etc.). Os comitês de partidos ou candidatos também podem distribuir material a quem solicitar.

#### Captação de votos

Também é crime eleitoral a captação ou compra de votos, ou seja, o oferecimento ou promessa de vantagem pessoal ao eleitor, seus parentes e amigos em troca do seu

voto. Essa contravenção dá pena de R\$ 1 mil a R\$ 53,2 mil e cassação do registro ou do diploma do candidato ou do partido.

Nesse sentido, é proibido que candidato ou partido ofereça transporte, emprego, dinheiro, consulta médica ou alimentos ao eleitor. Para as eleições deste ano, foi proibido também distribuir camisetas, bonés, óculos, canetas e outros objetos que tenham valor ou utilidade prática.

#### Datas importantes nesta semana

**28 de setembro, quinta-feira (três dias antes da eleição)** Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Último dia para realização de comícios e reuniões públicas (é bom lembrar que os showmícios foram proibidos por lei aprovada pelo Senado este ano). Último dia para realização de debates.

**30 de setembro, sábado (véspera da eleição)** Último dia para a propaganda



eleitoral por meio de alto-falantes e amplificadores de som ou para a promoção de carreatas e para distribuição de material de propaganda, inclusive volantes e outros impressos.

#### Denuncie irregularidades

Caso você detecte alguma das irregularidades destacadas ou ainda outras, como a prática de caixa dois em campanha, há diversas entidades, governamentais ou não, que recebem denúncias de crimes eleitorais. O **Jornal do Senado** preparou um guia de referência de endereços na internet que podem ser usados a qualquer momento pelos cidadãos nessas eleições (os telefones das entidades podem ser obtidos nos respectivos endereços eletrônicos).

#### Órgãos oficiais

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

Tribunais regionais eleitorais (TREs) - Coordenação de Organização e Fiscalização de Propaganda Eleitoral [www.tre-xx.gov.br](http://www.tre-xx.gov.br) (onde xx é a sigla do seu estado. Exemplo: [www.tre-ba.gov.br](http://www.tre-ba.gov.br) para o TRE da Bahia)

Procuradoria Geral Eleitoral do Ministério Público Federal <http://eleitoral.pgr.mpf.gov.br/>

#### Entidades da sociedade civil

Associação dos Magistrados do Brasil - Operação Eleições Limpas [www.amb.com.br](http://www.amb.com.br)

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral [www.lei9840.org.br](http://www.lei9840.org.br)

Comissão Brasileira Justiça e Paz [www.cbjp.org.br](http://www.cbjp.org.br)

Movimento Voto Consciente [www.votoconsciente.org.br](http://www.votoconsciente.org.br)

Transparência Brasil [www.transparencia.org.br](http://www.transparencia.org.br)

Campanha Voto Limpo 2004 [www.votolimp.org.br](http://www.votolimp.org.br)

## Leitores precisam renovar assinatura até 15 de outubro

O **Jornal do Senado** iniciou há duas semanas a segunda etapa da renovação de assinaturas dos cerca de 60 mil leitores cadastrados em todo o país, com exceção do Distrito Federal e entorno.

Os assinantes irão receber um formulário, em forma de carta-resposta, que deverá ser preenchido e postado, sem custo, em qualquer unidade dos Correios.

Dia 15 de outubro é o prazo final para o assinante devolver esse formulário.

A partir do dia seguinte, só receberá o

jornal semanal quem tiver renovado a assinatura. Além do impresso, no *site* do Senado ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) estará disponível um formulário eletrônico. Novas assinaturas do jornal impresso só poderão ser feitas a partir do dia 1º de dezembro.

As assinaturas da edição eletrônica não estão suspensas e podem ser feitas a qualquer tempo pela internet. Esses leitores não precisam se preocupar com a continuidade do recebimento por *e-mail*.

Além de excluir endereços de leitores que se mudaram ou morreram ou que não têm mais interesse em receber o **Jornal do Senado**, a renovação de assinatura pretende também levantar o perfil socioeconômico do leitor, com informações sobre faixa etária, escolaridade, profissão e, no caso de pessoas jurídicas, área e ramo de atuação, de forma a garantir cada vez mais a informação voltada aos seus interesses.

## Plenário

SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa



**ELEIÇÕES** Tribunal recomenda a votantes que, no dia 1º, levem anotados os números dos seus candidatos

## TVs Câmara e Senado em transmissão conjunta

As TVs Senado e Câmara vão cobrir e transmitir em conjunto notícias de todo o país, ao vivo, no dia das eleições, em uma parceria inédita.

Das 8h às 17h30, as duas emissoras entrarão de hora em hora em rede nacional, ao vivo, com o mesmo sinal, durante 30 minutos. Os telespectadores que sintonizarem os dois canais irão assistir à mesma programação. “Dessa maneira teremos uma equipe maior cobrindo vários ângulos das eleições, o que garante maior qualidade à cobertura e maior volume de informações ao telespectador”, explicou Dulcídio Siqueira Neto, coordenador de Jornalismo da TV Câmara.

“Será um grande desafio para as emissoras das duas Casas do Congresso Nacional

integrar suas equipes no mais importante acontecimento político do país. Estamos dando também o primeiro passo para a formação de uma grande rede do Legislativo”, destacou Júnia Melo, diretora-adjunta da TV Senado.

Toda a operação técnica e a equipe jornalística serão compartilhadas. Produtores, repórteres, apresentadores e editores das duas emissoras vão trabalhar lado a lado para produzir cinco horas e meia de programação comum ao vivo. O sinal será gerado do estúdio da TV Senado, onde será ancorada a transmissão. No auditório da TV Câmara, um apresentador vai receber especialistas e convidados para discutir e analisar temas de interesse público.

## Agência Senado oferece página para internauta

A Agência Senado está disponibilizando uma página especial na internet sobre as eleições de 1º de outubro, quando serão renovados os mandatos do presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais e distritais. O objetivo é fornecer aos internautas um conjunto de informações sobre as eleições no país desde o Império, tendo como ponto de destaque o Senado Federal.

Por meio da página será possível acessar a listagem de todos os candidatos ao Senado nos 27 estados brasileiros, totalizando mais de 200 concorrentes, se-

gundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para facilitar o acesso, basta ao interessado clicar, em um mapa, no estado escolhido para que a relação dos nomes apareça na tela do computador. No dia 1º de outubro, e a partir da divulgação dos resultados das urnas pelo TSE, a lista de candidatos será substituída no mesmo mapa pelos nomes e biografias dos senadores eleitos.

Novas matérias deverão ser acrescentadas até o primeiro turno das eleições. O endereço da página da Agência Senado sobre a eleição é [www.senado.gov.br/comunica/eleicoes2006/](http://www.senado.gov.br/comunica/eleicoes2006/).



O presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, entrega instalações que vão atender a 500 a jornalistas credenciados

## TSE inaugura Centro de Divulgação de Resultados

O presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, inaugurou, na quinta-feira, o Centro de Divulgação de Resultados das Eleições 2006, uma estrutura de 1.100 m² montada no térreo do edifício-sede da instituição para atender aos cerca de 500 jornalistas que trabalharão na cobertura do pleito diretamente do TSE, credenciados antes da inauguração.

No local, foram instaladas cabines para rádios e emissoras de TV, sets de filmagem, bancadas individuais para os veículos impressos e eletrônicos

e microcomputadores, além de uma sala de coletivas. O centro funcionará 24 horas por dia até o fim do processo eleitoral.

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TSE informou ainda que, além do centro físico, haverá um centro virtual, o “Divulga”, em que a imprensa poderá ter acesso às coletivas do ministro, aos *press releases* e a todos os dados estatísticos. O portal virtual pode ser acessado por meio de um *link*, disponível no próprio site do TSE ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) desde o último sábado.

# Eleitor precisará digitar 21 teclas

Nas eleições de 1º de outubro, os eleitores precisarão digitar, pelo menos, 21 teclas da urna eletrônica para escolher os seus representantes nos poderes Executivo e Legislativo estadual e federal. Isso porque, se não errar, cada eleitor digitará 16 algarismos mais cinco vezes a tecla “confirma”.

Ao todo, os 125,91 milhões de eleitores brasileiros irão escolher 513 deputados federais, 1.059 deputados estaduais/distritais, 27 senadores, 27 governadores e o presidente da República. Pode haver segundo turno, marcado para o dia 29 de outubro, para os cargos de governador e presidente, caso nenhum candidato alcance a maioria absoluta dos votos no primeiro turno.

A primeira escolha do eleitor será para deputado federal, identificado por quatro números. Depois de digitada a numeração correspondente ao candidato, o eleitor deve observar a foto que aparece na tela da urna e, se conferir com o seu escolhido, apertar a tecla “confirma”. O procedimento repete-se na escolha do deputado estadual ou distrital (no caso do Distrito Federal), com a digitação de cinco números. Depois é a vez de eleger o senador, representado por três dígitos. A quarta escolha é para governador e a quinta, para presidente da República. Para esses dois últimos cargos, o eleitor digita os dois algarismos que correspondem ao partido do candidato.

## Restrições à prisão de candidatos e eleitores

Salvo em caso de flagrante delito, desde o último dia 16 nenhum dos cerca de 20 mil candidatos registrados na Justiça Eleitoral poderá ser preso. O TSE esclareceu que a determinação está no artigo 236 do Código Eleitoral. Porém, a lei também prevê que o candidato poderá ser preso, mesmo nesse período, se contra ele for proferida sentença criminal condenatória por crime inafiançável. Se algum candidato vier a ser preso entre o dia 16 e o dia das eleições, a legislação eleitoral determina que deverá ser conduzido imediatamente à presença do juiz competente. Caso a autoridade judicial conclua que a detenção fere a lei, deverá soltar o preso e promover a responsabilidade de quem mandou prendê-lo. O Código Eleitoral também restringe a prisão de eleitor no período de cinco dias antes do pleito até 48 horas após seu encerramento.



Os 125,91 milhões de eleitores brasileiros irão escolher deputados, senadores, governadores e presidente da República

Em caso de engano, a tecla “corrige” deve ser acionada. Assim, a digitação do número correspondente ao candidato deve ser refeita e ratificada pelo eleitor após a conferência da foto do candidato. Só então deve ser apertada novamente a opção “confirma”.

Para facilitar a votação, a Justiça Eleitoral recomenda aos eleitores que levem os números de seus candidatos anotados. O eleitor pode, ainda, treinar o processo de votação no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), abrindo o *link*

Eleições e o chamado “Simulação de votação”, onde é possível simular a votação na urna eletrônica em três situações:

Para eleição nacional: [www.tse.gov.br/eleicoes/urna\\_eletronica/simulacao\\_votacao/UrnaApplet.htm](http://www.tse.gov.br/eleicoes/urna_eletronica/simulacao_votacao/UrnaApplet.htm).

Para eleição no DF: [www.tse.gov.br/eleicoes/urna\\_eletronica/simulacao\\_votacao/UrnaApplet-TREBSA.htm](http://www.tse.gov.br/eleicoes/urna_eletronica/simulacao_votacao/UrnaApplet-TREBSA.htm).

Para eleição no exterior: [www.tse.gov.br/eleicoes/urna\\_eletronica/simulacao\\_votacao/UrnaAppletZZ.htm](http://www.tse.gov.br/eleicoes/urna_eletronica/simulacao_votacao/UrnaAppletZZ.htm).

## Idosos e gestantes têm prioridade para votar

No dia da eleição, um grupo de eleitores terá prioridade para votar: os maiores de 60 anos, enfermos, portadores de deficiências e mulheres grávidas ou que estejam amamentando. Também terão precedência na votação os candidatos, juízes, auxiliares, servidores da Justiça Eleitoral, promotores eleitorais e policiais militares em serviço.

Os membros da mesa receptora de votos e os fiscais dos partidos políticos e coligações, identificados pela respectiva credencial, deverão votar depois dos eleitores que já se encontravam presentes no momento da abertura dos trabalhos ou no encerramento da votação.

A Resolução 22.154/06 do Tribunal Superior Eleitoral autoriza o eleitor a votar mesmo sem apresentar o título, desde que apresente outro documento oficial com foto que comprove sua identidade e que compareça à seção eleitoral na qual esteja inscrito. São aceitos os seguintes documentos: carteira de identidade ou documento de valor legal equivalente, como identidades funcionais; certificado de reservista; carteira de trabalho; e

Carteira Nacional de Habilitação com foto.

A mesma resolução determina também que o eleitor portador de deficiência poderá contar com o auxílio de pessoa de sua confiança para efetivar o seu voto, ainda que não o tenha requerido antecipadamente ao juiz eleitoral. O presidente da mesa receptora de votos, após verificar tal necessidade, autorizará o ingresso dessa segunda pessoa, junto com o eleitor, na cabine de votação, podendo ela, inclusive, digitar os números na urna. A pessoa que ajudará o eleitor portador de deficiência não poderá estar a serviço da Justiça Eleitoral, de partido ou de coligação.

Será permitido o uso de instrumentos que auxiliem o analfabeto a votar. Já para os deficientes visuais, será assegurada a utilização do alfabeto comum ou do sistema braile para assinar o caderno de votação e assinalar as cédulas; o uso de qualquer instrumento mecânico que portar ou lhe for fornecido pela mesa receptora de votos; o uso do sistema de áudio; e o uso da marca de identificação da tecla número 5 da urna.



**CRISE POLÍTICA** Proposta de senador é iniciar as investigações somente após o fim do período eleitoral

## Ideli critica postura da oposição

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), criticou a oposição por criar um clima de crise institucional, com tentativa de cassação do registro da candidatura de Lula à reeleição e sugestão de *impeachment* do presidente, por suspeita de compra de dossiê contra políticos tucanos. Segundo observou, o caso veio a público a partir da ação da Polícia Federal, subordinada ao ministro da Justiça, “que está sob as ordens do presidente”. A senadora citou entrevista do jurista Dalmo Dallari, para quem tais ameaças são uma “cortina de fumaça” para que não se pergunte sobre o conteúdo do dossiê.

## Sibá: caso é mais uma farsa pré-eleitoral

Sibá Machado (PT-AC) isentou o presidente Lula de culpa em relação ao episódio da compra de um dossiê que ligaria José Serra e Geraldo Alckmin à máfia das ambulâncias. Segundo Sibá, tais casos, às vésperas de eleições, são conhecidos e podem configurar apenas farsas. – No episódio do dossiê Cayman [referindo-se à eleição de 1998], pessoas procuraram o PT para dizer que tinham um documento que iria ferir de morte a história de Mário Covas, de Fernando Henrique e de Serra. Qual foi a atitude de Lula naquele momento? Mandou jogar no lixo aquele papel – enfatizou Sibá, para quem o suposto dossiê não teria utilização eleitoral por parte do PT.

## Para Saturnino, dossiê “é uma idéia absurda”

Roberto Saturnino (PT-RJ) reconheceu que a situação política é grave e afirmou que está “ansioso pelas revelações desse acontecimento”. – É uma idéia absurda pensar em comprar um dossiê do senhor Vedoin. Que credibilidade esse senhor pode ter? – questionou. Saturnino disse que confia na isenção da Polícia Federal e que a instituição não precisa da presença ou da ordem do presidente da República para cumprir sua função de investigar o caso do dossiê. – Tudo vai ser apurado e mostrado à nação. Não me confundo com pessoas que usam manobras de despistamento e tenho certeza de que o presidente Lula nunca o fará – acrescentou.

# Heráclito propõe CPI sobre repasse a ONGs

Defensor da criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a aplicação de verbas federais repassadas a organizações não-governamentais (ONGs), o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) rebateu em Plenário as acusações da bancada do governo de que sua sugestão teria “objetivos eleitorais”. Segundo o parlamentar, a hipótese é absurda, pois ele pretende que a CPI só comece a funcionar após o pleito do mês que vem.

– A CPI não é eleitoreira, porque eu pretendo apresentar o requerimento de criação somente depois das eleições. Ela funcionaria por 60 dias, para descobrir se estão metendo a mão no dinheiro do povo, e examinaria a contabilidade e aplicação dos recursos. Não se pode confundir apuração de desvio de recursos com atividade eleitoral – observou.

Ainda conforme Heráclito, essa comissão terá a missão de separar as ONGs que auxiliam o governo na prestação de serviços à população daquelas que se utilizariam de prestígio junto aos governantes para ter acesso a recursos “que ninguém sabe como são aplicados”.

O pefelista citou situações que ele considera suspeitas, como a

da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), que teria recebido, na semana retrasada, R\$ 4,1 milhões do governo federal. Com base em dados do *site* Contas Abertas, Heráclito revelou que a entidade recebeu cerca de R\$ 800 mil em verbas federais no governo passado, repasses que teriam saltado para mais de R\$ 18 milhões no atual governo.

De acordo com o senador, a Unitrabalho teria entre seus dirigentes o petista Jorge Lorenzetti, assessor de riscos e mídia da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva até terça-feira passada, quando pediu demissão das funções por estar envolvido nas negociações de compra de um dossiê que ligaria o candidato do PSDB ao governo de São Paulo José Serra à máfia das ambulâncias.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), leu em Plenário notas emitidas pelo Ministério do Trabalho e pela Unitrabalho justificando o recebimento dos recursos e refutou “a insinuação” de que o repasse à ONG tenha conexão com o episódio da tentativa de compra do dossiê.

Como explicou a senadora, os recursos só foram depositados na conta da Unitrabalho no dia 18 passado, portanto, depois da prisão de dois suspeitos de compra do dossiê com R\$ 1,7 milhão em notas de reais e dólares.

Ideli reiterou que as notas de esclarecimento são uma resposta às ilações sobre corrupção no governo, “que caracterizam o clima eleitoral”.

A senadora sustentou também que a Unitrabalho é uma ONG acreditada junto grandes instituições de ensino do país, entre as quais a Universidade de Brasília (UnB) e as pontifícias universidades católicas (PUCs).

Durante o discurso de Heráclito, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) expressou apoio à proposta de criação da CPI e acusou o governo de liberar recursos por via aparentemente legal para ações que não seriam de interesse público.

O senador também criticou Ideli Salvatti por contestar denúncias contra o governo com “meias-verdades”, evitando um debate que explique melhor a posição do presidente da República em meio a tantas denúncias.

### Líder do PT apresentou explicações sobre o repasse de recursos



Ideli informa que depósito para a Unitrabalho só ocorreu depois da prisão dos suspeitos



Heráclito quer que CPI apure quais entidades servem ao país e quais estão se servindo dele

## César Borges quer Lula fora das eleições

Na opinião de César Borges (PFL-BA), se todos os escândalos e todos os crimes cometidos por auxiliares diretos do presidente da República não forem motivos suficientes para a cassação do registro de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição, nada mais será. O senador lembrou que as revelações começaram com o primeiro escândalo, protagonizado por Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, seguido pelo caso dos Correios, quando funcionário da empresa foi filmado recebendo propina. César Borges enfatizou que a linha de defesa adotada pelo presidente Lula, segundo ele, de não saber nada e não ver nada, o desqualifica para governar um país que quer se livrar da corrupção.

## ACM vê ligação de Lula com os acusados

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ressaltou a ligação do presidente Lula com integrantes do PT, como Freud Godoy e Jorge Lorenzetti, supostamente envolvidos na tentativa de compra de dossiê contra José Serra.

– O presidente Lula se acostumou a andar com ladrão e não vai deixar isso nunca – afirmou. Para ACM, a popularidade de Lula é consequência do uso da máquina pública e de investimentos estatais em publicidade. Ele pediu aos brasileiros que reajam. – É meu dever dizer, sem subterfúgio, que o Palácio do Planalto é antro de crime e de roubo – disse.

## Bornhausen: presidente não é inocente

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), disse não acreditar na inocência do presidente Lula nas denúncias de compra de dossiê contra candidatos do PSDB. Segundo observou, há suspeita do comprometimento do presidente, embora ainda seja cedo para considerar um pedido de *impeachment*. Bornhausen defendeu intensa fiscalização das ações do Ministério da Justiça, alegando que Márcio Thomaz Bastos tem agido mais como advogado criminalista do presidente Lula do que como ministro. – Lamento que o país viva momentos tão tristes, que estão denegando nossa história. A sociedade está indignada e vai responder. Vamos ter segundo turno sim – afirmou.

### Suplicy ainda crê em política sem “golpes baixos”

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se disse triste em relação aos acontecimentos dos últimos dias.

– Acredito que é possível fazer política tendo como objetivo principal a construção de uma nação justa. É possível fazer política sem mentir, sem enganar o povo, sem dar golpes baixos. Acredito que dá para fazer política falando e buscando a verdade, toda a verdade. É assim que tenho agido em toda a minha vida – afirmou, defendendo ser importante que todos se empenhem, o PT inclusive, na apuração da verdade.

### TSE deve assumir as investigações, diz Almeida Lima

Por considerar que pesa suspeição de parcialidade sobre a atuação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) propôs que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) assumira o processo de investigação sobre a compra do suposto dossiê contra os candidatos tucanos.

– Até quando esse povo [o PT e o governo Lula] vai brincar com a gente? É sempre a mesma conversa: Lula não viu e não sabe de nada. Vamos dar um basta nisso – disse o senador, que protestou contra o fato de a Polícia Federal não ter divulgado imagens do dinheiro.

### José Jorge aponta interferência do governo nas eleições

O senador José Jorge (PFL-PE) apelou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Fernando Lacerda, pela divulgação da foto do R\$ 1,7 milhão que seria usado para comprar o dossiê.

José Jorge também pediu ao TSE que participe da investigação do caso, pois, na sua opinião, estaria evidenciada interferência do governo no processo eleitoral, depois que um dos envolvidos no episódio apontou o ex-assessor especial da Presidência da República Freud Godoy como mandante da compra do dossiê.



## CONSELHO DE ÉTICA

## Demostenes apresenta conclusões em outubro

O senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator do processo disciplinar contra o senador Magno Malta (PL-ES) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, informou na quinta-feira que deve concluir seu relatório sobre o caso até o fim de outubro. Adiantou, entretanto, à Agência Senado, que tudo depende do esclarecimento de várias dúvidas e contradições sobre as acusações de que Malta teria recebido um carro como parte de pagamento de propina para beneficiar a máfia das ambulâncias.

– Eu preciso da cópia do cheque – afirmou Demostenes, ao se referir ao cheque de R\$ 50 mil que Luiz Antônio Trevisan Vedoin, apontado como principal organizador do esquema de fraudes, alega ter assinado como pagamento pelo carro dado a Magno Malta.

Em depoimento à CPI dos Sanguessugas, Vedoin disse que entregou o carro a Magno Malta como parte de pagamento pela apresentação de emendas ao Orçamento para beneficiar a máfia das ambulâncias. O senador do Espírito Santo defende-se das acusações com a alegação de



Lino Rossi (foto) confirma versão de empréstimo de carro a Magno Malta

que o Fiat Ducato teria sido um empréstimo pessoal do deputado Lino Rossi (PP-MT).

Na quarta-feira, o Conselho de Ética ouviu Lino Rossi, que confirmou a versão do empréstimo, mas o relator não se convenceu.

Para Demostenes Torres, três providências são necessárias para que o caso possa ser esclarecido: obter cópia do cheque que Vedoin teria emitido para pagar o carro; ouvir Valcir Piran, citado como dono da empresa de *factoring* que teria vendido o Fiat Ducato a Vedoin, e receber do Detran o histórico do veículo.

## Assessor de Serys explica relação com Darci Vedoin

Paulo Octávio (PFL-DF), relator do processo contra a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) no Conselho de Ética, disse na quarta-feira considerar preocupante a relação mantida entre o ex-assessor de Serys João Policena Rosa Neto e Darci Vedoin, sócio-proprietário da Planam.

Segundo o senador, a ex-secretária da Planam Maria Estela da Silva afirmou, em depoimento na quarta-feira, que Policena ligava para o celular pessoal de Vedoin.

Servidor de carreira do Senado, Policena explicou em seu depoimento que era ele o responsável pela formulação do texto das emendas orçamentárias assinadas pela parlamentar.



João Policena diz que era responsável pela formulação do texto das emendas

O servidor admitiu conhecer pessoalmente os Vedoin, mas negou que os empresários tenham feito cobranças a ele em relação à execução de emendas da senadora Serys Shlessarenko.

## CPI DOS SANGUESSUGAS

## Biscaia apura compra de dossiê

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), disse na terça-feira que requisitou – por meio de ofícios à Polícia Federal, ao Ministério Público e à Justiça Federal – informações e documentos relativos à negociação de um dossiê entre o empresário Luiz Antônio Vedoin, sócio-proprietário da Planam, e pessoas ligadas ao PT. Esse é o primeiro passo da CPI no sentido de incorporar ao campo de investigações a atuação de ex-ministros da Saúde e o crime eleitoral que teria sido planejado com a utilização de informações

e provas relativas à máfia das ambulâncias.

– Vamos examinar o conteúdo do dossiê e a negociação escabrosa que estava sendo realizada, e poderemos convocar qualquer um que entendamos seja relevante para esclarecer o caso – afirmou Biscaia, depois de se reunir com o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), vice-presidente da comissão, e dois sub-relatores, os deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Carlos Sampaio (PSDB-SP), além do senador Sibá Machado (PT-AC).

Jungmann apresentou requerimento propondo a convocação para depoimento de todos os

## Relatório sobre Suassuna sai dia 4

Por falta de quórum, o relator no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do processo disciplinar contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), senador Jefferson Péres (PDT-AM), solicitou – e foi atendido – ao presidente do conselho, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que fosse adiada a leitura de seu relatório sobre o caso para o dia 4 de outubro. Jefferson lembrou que a leitura do relatório poderia ser feita mesmo com quórum reduzido, pois somente a votação do parecer exige a presença de pelo menos oito dos 15 membros do colegiado, mas, segundo observou, preferia não fazer leitura “tão importante sem a presença da maioria dos membros do conselho”.

Para justificar a falta de quórum, João Alberto afirmou que os senadores do PFL e do PSDB haviam avisado sobre a impossibilidade do comparecimento, já que o PSDB promoveria na quarta-feira passada um evento no Rio de Janeiro para lançar o programa de campanha do partido à Presidência da República. Suassuna chegou a solicitar adiamento da reunião por dez a 15 minutos para aguardar a chegada de mais parlamentares, mas João Alberto encerrou a reunião dois minutos após seu início, com a presença de apenas cinco senadores, além do corregedor da Casa, Romeu Tuma



Na reunião do Conselho de Ética, Romeu Tuma (E) conversa com Jefferson Péres e João Alberto Souza

(PFL-SP), que, apesar de ter voz e voto, não é contado para efeito de quórum.

– Infelizmente, não vamos ter quórum. E eu concordo que essa é uma decisão muito importante. Por isso, dou por encerrada a sessão – decidiu João Alberto.

Em entrevista coletiva à imprensa, Suassuna afirmou que preferia que seu caso fosse votado na quarta-feira, mas disse que saberá aguardar com “absoluta tranquilidade” o dia 4, pois garantiu ser inocente de todas as acusações de envolvimento com a máfia das ambulâncias.

Em relação à falsificação de sua assinatura por sua ex-chefe de gabinete em um ofício enviado ao Ministério da Saúde que beneficiaria o esquema de

fraudes, Suassuna voltou a afirmar que Mônica Teixeira apenas havia falsificado a assinatura porque teria sido informada de que o senador, que estava em viagem naquela ocasião, havia solicitado que ela o fizesse.

Em depoimento no conselho, o senador já informara que não soube do ofício na época de sua elaboração e que Mônica havia agido de boa-fé ao assiná-lo porque um ex-assessor do gabinete, Marcelo Cardoso Carvalho – que vem sendo apontado em depoimentos de membros da quadrilha de fraudadores como intermediário com a máfia –, havia dito a ela que Suassuna não só sabia da existência do ofício, mas também que tinha solicitado que ela falsificasse a assinatura.

## Senador diz que é perseguido pela imprensa

Ney Suassuna disse na terça-feira estar com a consciência tranquila e a convicção de que a justiça será feita. O representante da Paraíba declarou estar sendo vítima de perseguição da imprensa, sustentando que, até o momento, pesam apenas suspeitas contra ele.

Enquanto estaria sendo “espancado por suspeição”, conforme afirmou, o senador acusou os meios de comunicação de estarem desconsiderando denúncias contra seu principal adversário

na eleição ao Senado na Paraíba, o ex-prefeito de João Pessoa Cícero Lucena.

Segundo ressaltou Suassuna em Plenário, contas da prefeitura de João Pessoa auditadas pela Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União, e já julgadas pela Justiça Federal, evidenciariam a participação do ex-prefeito em desvio de mais de R\$ 66 milhões.

– Tenho sido espancado por suspeição, mas meu antagonista já foi julgado pela Justiça Federal

– desabafou o parlamentar.

Em alusão à sucessão de denúncias feitas pelo empresário Luiz Antônio Vedoin – dono da Planam, empresa que fornecia ambulâncias superfaturadas a prefeituras – em troca do benefício da delação premiada, os senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Roberto Saturnino (PT-RJ) observaram que o Senado deve ter cuidado dobrado ao analisar acusações feitas por criminosos e julgar os parlamentares denunciados.

## Jungmann quer análise de novos documentos

O deputado Raul Jungmann disse na segunda-feira que a comissão deve avaliar a possibilidade de investigar o escândalo em torno de um dossiê que teria sido negociado entre o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin e pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores.

– Dentro do seu objeto de investigação, a CPI deve levar em conta tudo o que for dito em juízo e tudo o que tiver comprovação – explicou Jungmann, antes de se dirigir à sede da Polícia Federal, em Brasília, para tomar conhecimento do que foi apurado sobre o caso.

O deputado pernambucano observou que também procuraria informações sobre o caso com a Justiça Federal e o Ministério Público.

Jungmann comentou que, pessoalmente, em tese, é favorável à oitiva de envolvidos com o dossiê, mas lembrou que isso depende da aprovação de requerimentos convocando ex-ministros da Saúde e de decisões sobre novas convocações.

Ele defendeu a prisão de Luiz Antônio Vedoin e de seu pai, Darci Vedoin, por entender que estão tumultuando os trabalhos da comissão de inquérito.



**EXPLORAÇÃO** Estudos revelam que falta mais efetividade às medidas de combate a rotas de prostituição no país

# Repressão ao tráfico de pessoas ainda é incipiente



Dados oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que, no ano passado, cerca de 70 mil brasileiras praticavam a prostituição no exterior, em sua maioria, na condição de escravas. Nos últimos anos, a reação do governo brasileiro e do Congresso ao desafio representado pelo tráfico internacional de pessoas com fins de exploração sexual resume-se a um bocado de boas intenções e algumas ações concretas. Se, por um lado, medidas legais têm sido adotadas, por outro ainda são raros os casos de traficantes que, mesmo depois de presos, são condenados por suas práticas reprováveis.

A idêntica conclusão chegou o relatório anual do Departamento de Estado dos Estados Unidos, publicado em junho, que manteve o Brasil apenas no terceiro de quatro estágios de atendimento às normas internacionais de repressão a tais crimes.

Mesmo que iniciativas importantes na proteção às vítimas e no treinamento específico de policiais e servidores públicos para combater o tráfico tenham

sido registradas, o que mais pesou contra o país na avaliação foi o fato de que “o governo obteve progressos periféricos em julgar e condenar os traficantes”. O estudo registra o aumento no número de prisões e inquéritos relacionados com o tráfico de pessoas (para fins de exploração sexual ou outros), mas lamenta ter havido apenas um julgamento que resultou em condenação no ano passado – contra três ocorridos em 2004.

Uma importante medida foi a promoção de alterações no Código Penal sancionadas pelo presidente Lula em março do ano passado. Elas ampliaram as definições de tráfico para incluir vítimas de ambos os sexos e assegurar penas iguais para o comércio interno e o internacional de pessoas com fins de exploração sexual. As penas agora vão de três a 12 anos de prisão.

Desde junho, o governo discute a elaboração de uma Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cujo texto-base (para consulta pública) foi redigido pelo Ministério da Justiça. Um seminário em Brasília reuniu representantes do Executivo e do Judiciário, além da presidente

e da relatora da CPI Mista da Exploração Sexual, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) e deputada Maria do Rosário (PT-RS). Uma das idéias em debate para aumentar a repressão é tornar inafiançável o crime de tráfico de pessoas.

– Não há que se ter nenhuma condescendência com os criminosos que perpetuam esse crime transnacional extremamente complexo – disse na ocasião à Agência Brasil a secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Nilcéa Freire.

No ano passado, pela primeira vez, foi lançada uma campanha nacional de combate à exploração sexual infanto-juvenil, com a distribuição de panfletos e cartazes de alerta nas estradas de todo o país. Neste ano, o tema foi ampliado para o combate ao tráfico internacional de pessoas, independentemente da idade.



THOMAS MORAN/IOM (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION)

Em 2005, cerca de 70 mil brasileiras praticavam a prostituição no exterior, a maioria como escravas, mas ainda são raros os casos de traficantes condenados

## Esforços no país só foram acelerados a partir de 2000

Com um passado de quase quatro séculos em que a escravidão de negros e índios era permitida, o tráfico de seres humanos não é, evidentemente, uma questão nova no país. Mas o combate a essa prática só passou a integrar de forma relevante a agenda pública brasileira há poucos anos.

Em 2000, o Ministério da Justiça montou o primeiro seminário internacional sobre o assunto. Na ocasião, foi assinado um protocolo de intenções para a criação de um projeto que abrangesse todas as formas de tráfico de pessoas, e não apenas as relacionadas ao Código Penal.

Dois anos depois, foi divulgada a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial, que identificou as rotas e as vítimas e serviu de ponto de partida para o trabalho realizado entre 2003 e 2004 por uma CPI no Congresso.

Os parlamentares investigaram diversas modalidades de exploração sexual, entre elas o

tráfico internacional. O relatório final apontou que as vítimas saem principalmente das capitais litorâneas e dos estados de Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Pará. Os destinos principais são a Europa (Itália, Espanha e Portugal) e a América Latina.

Em 2003, a Secretaria Nacional de Justiça e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodc) iniciaram uma parceria para desenvolver no Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Ceará o projeto-piloto do Programa Global de Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos. Cerca de US\$ 400 mil foram destinados aos dois primeiros anos dessa experiência, que agora deve ser estendida a todo país.

Uma medida recente contra a ação dos aliciadores foi o decreto presidencial de 13 de junho, instituindo a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e um grupo de trabalho interministerial para elaborar o texto do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

## Para EUA, número de casos no Brasil é alto

O relatório “Tráfico de seres humanos”, publicado em junho pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, dedica capítulos específicos para cada um dos 149 países, entre os quais o Brasil, analisados em relação a essa modalidade de crime, sejam eles “exportadores” ou “importadores”. São 295 páginas de estudo, elaborado por 26 especialistas.

As nações foram divididas em quatro grupos, conforme o grau de atendimento aos tratados e protocolos internacionais que visam reprimir esse comércio. No estágio mais avançado, figuram 26 países que respeitam integralmente as normas, em sua maioria europeus. Há também nações africanas (Marrocos e Malauí) e asiáticas (Coreia do Sul, Cingapura e Hong Kong), apesar de os dois continentes terem elevados índices de tráfico de pessoas.

No estágio dois estão 79 nações que não cumprem totalmente as normas preconizadas, porém

têm realizado esforços significativos para isso. Entre elas, Timor Leste, Congo, Afeganistão e Paraguai, e países como Japão e Portugal, destinos do comércio internacional de escravas sexuais.

O Brasil participa de um terceiro grupo, no “estágio dois em observação”, ao lado de outros 31 países, entre os quais Argentina, Bolívia, China, Israel, México, Rússia e África do Sul. Tais nações atendem aos requisitos do estágio dois, porém se diferenciam por duas razões: há um número elevado de casos de tráfico registrados e não têm sido constatados esforços crescentes de repressão.

A única razão que manteve esses 32 países fora do estágio quatro (o mais baixo, onde figuram 12 nações, como Cuba, Coreia do Norte, Sudão e Venezuela) foi o compromisso assumido por seus governos de tomar medidas mais concretas contra o tráfico durante o ano em curso.

### Países com maior número de rotas que saem do Brasil



### PARA SABER MAIS

Muitas organizações de todo o mundo, oficiais ou não-governamentais, estão engajadas na luta contra o tráfico de pessoas. Conheça alguns sites (a maioria deles com versões em mais de uma língua):

Organização Internacional para a Migração

[www.iom.int/en/what/counter\\_human\\_trafficking.shtml](http://www.iom.int/en/what/counter_human_trafficking.shtml)

Ação Internacional contra a Escravidão

[www.antislavery.org/homepage/antislavery/trafficking.htm](http://www.antislavery.org/homepage/antislavery/trafficking.htm)

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid)

[www.usaid.gov/about/trafficking](http://www.usaid.gov/about/trafficking)

Basta ao Tráfico e à Prostituição Infantil

[www.ecpat.net/eng/index.asp](http://www.ecpat.net/eng/index.asp)

Campanha contra o Tráfico de Mulheres e Meninas

[www.hrw.org/about/projects/traffcamp/intro.html](http://www.hrw.org/about/projects/traffcamp/intro.html)

Campanha Humanitária Internacional contra a Exploração de Crianças

[www.helpsavekids.org](http://www.helpsavekids.org)

Centro Internacional de Políticas de Migração

[www.antitrafficking.net](http://www.antitrafficking.net)

Coalizão contra o Tráfico de Mulheres

[www.catwinternational.org](http://www.catwinternational.org)

Coalizão para Abolição da Escravidão e do Tráfico

[www.castla.org](http://www.castla.org)

Departamento de Estado dos EUA - Escritório de Monitora-

mento e Combate ao Tráfico de Pessoas

[www.state.gov/g/tip](http://www.state.gov/g/tip)

Filhas Cativas

<http://captivedaughters.org/index.htm>

HumanTrafficking.org

<http://humantrafficking.org>

Iniciativa contra o Tráfico de Pessoas (Grupo de Direitos Humanos Internacionais)

[www.hrlawgroup.org/initiatives/trafficking\\_persons](http://www.hrlawgroup.org/initiatives/trafficking_persons)

Iniciativa Internacional para a Prevenção do Tráfico de Jovens

[www.iofa.org/prevention.php4](http://www.iofa.org/prevention.php4)

Instituto para o Estudo da Mi-

gração Internacional (Universidade de Georgetown, EUA)

[www.georgetown.edu/sfs/programs/isim/VitalVoicesHumanTrafficking.htm](http://www.georgetown.edu/sfs/programs/isim/VitalVoicesHumanTrafficking.htm)

Interpol - Tráfico Infantil e Humano

[www.interpol.int/Public/THB/Women/default.asp](http://www.interpol.int/Public/THB/Women/default.asp)

La Strada

[www.strada.cz/en](http://www.strada.cz/en)

Projeto Hope International

[www.phi-ngo.org](http://www.phi-ngo.org)

Universidade John Hopkins (EUA) - Projeto Proteção

[www.protectionproject.org](http://www.protectionproject.org)

Vital Voices (ONG)

[www.vitalvoices.org](http://www.vitalvoices.org)



## EXPLORAÇÃO Combate ao tráfico de pessoas exige aprimoramento da legislação; CPI mista oferece respostas



Cartazes de campanhas desenvolvidas no Brasil e no mundo alertam para a necessidade de prevenir e combater o crime: problema transcende fronteiras

# Senado reage com leis rígidas



Se o Brasil precisa aprofundar o combate ao tráfico internacional de pessoas, o caminho passa pelo aprimoramento da legislação que reprime tal prática. Neste ponto, o Senado cumpriu sua parte. Cinco projetos originários da CPI Mista da Exploração Sexual, que funcionou entre 2003 e 2004, já foram votados pelo Plenário no primeiro semestre e agora aguardam uma decisão da Câmara dos Deputados.

Os projetos garantem avanços em termos dos códigos Penal e Processual Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e preencham lacunas gritantes em relação ao combate à pornografia infantil – explicou à Agência Senado a coordenadora do Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do governo federal, Cristina Albuquerque.

A CPI Mista da Exploração Sexual concluiu seus trabalhos em julho de 2004, após realizar, durante um ano, a análise de cerca

de 850 denúncias, dezenas de audiências públicas e diligências em 22 estados. Em seu relatório final de 668 páginas, pediu o indiciamento de 250 pessoas. Como resultado dos esforços da comissão, mais de cem pessoas foram presas e diversos provedores de internet, suspeitos de abrigar sites contendo material criminoso, tiveram o seu sigilo telemático quebrado.

O relatório final, além de analisar e traçar perspectivas para as políticas públicas do setor, propôs alterações legislativas em dezenas de dispositivos do Código Penal e da Lei de Crimes Hediondos, transformados em cinco projetos de lei. Além do projeto que impõe penas mais graves para a pornografia infantil e do que pune motéis que recebam crianças e adolescentes, os senadores aprovaram modificações no Código Penal, como a inclusão dos homens entre as possíveis vítimas de tráfico e exploração sexual e

a unificação dos atuais crimes de estupro e atentado violento ao pudor (cometido contra pessoas do sexo masculino) no tipo penal “estupro”, além de aumentar as penas. Outra novidade é tornar imprescritíveis os crimes sexuais quando praticados de modo generalizado ou sistemático.

### “Vidas destruídas exigem resposta da Justiça e do Parlamento”

Presidente da CPI, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) lembrou que alguns órgãos, como o Ministério do Turismo, têm realizado trabalho exemplar contra a exploração sexual infantil, mas que é obrigação dos parlamentares cobrar dos órgãos públicos medidas contra o tráfico e a exploração sexual. Após o fim da CPI, Patrícia Saboya visitou o procurador-geral da República e o ministro da Justiça para cobrar a aplicação das propostas do relatório e participou da criação da comissão de monitoramento que acompanha as providências tomadas pelo governo em rela-

ção às denúncias da CPI.

As crianças, os adolescentes e suas famílias que viram suas vidas destruídas pela exploração sexual precisam de uma resposta da Justiça e do Parlamento – ressaltou a senadora.

Para Patrícia Saboya, provavelmente o maior mérito da CPI foi o de colocar o tema da exploração sexual infantil na agenda do país. Ela chamou a atenção para a importância de toda a sociedade se sensibilizar com a questão, ajudando também na resolução dos crimes.

A CPI teve resultados concretos e objetivos, mas não foi feita apenas para investigar e punir pessoas. Ela serviu também para criar uma mentalidade que mostre que exploração sexual é crime – declarou.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS), relatora da CPI, destacou como principal proposta de mudança legislativa a de tornar o crime de exploração sexual de crianças um delito contra a liberdade sexual e o desenvolvimento infanto-juvenil e não contra os costumes, como é hoje.

## As propostas que estão na Câmara

Já votadas pelo Senado, as cinco propostas originárias da CPI Mista da Exploração Sexual que aguardam decisão na Câmara dos Deputados são as seguintes:

**PL 4.850/05** - Amplia a definição de estupro, punindo esse crime quando praticado contra as pessoas do sexo masculino, e não somente contra mulheres, como está previsto hoje no Código Penal.

**PL 4.851/05** - Tipifica como crime fotografar ou filmar, disponibilizar ou facilitar o acesso às cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo criança ou adolescente na internet.

**PL 4.852/05** - Prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão ou motel que hospedar criança ou adolescente, sem autorização por escrito dos pais ou responsáveis.

**PL 4.125/04** - Exige que hotéis, bares e restaurantes exibam cartazes informando que é crime a exploração sexual de crianças e adolescentes.

**PL 4.126/04** - Cria regras especiais para a realização de laudo pericial e psicossocial nos crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.



Maria do Rosário (E) e Patrícia Saboya (a seu lado): CPI Mista da Exploração Sexual promoveu atividades em 22 estados

## Ações que podem ajudar

O Ministério da Justiça defende uma série de ações para combater a exploração sexual:

### No contexto social

- elaboração de planos de ação destinados a ampliar o acesso à educação e à saúde – notadamente privilegiando a erradicação do analfabetismo e a promoção da saúde, principalmente por meio do esclarecimento e da prevenção;
- aumento do acesso da mulher ao mercado de trabalho;
- estabelecimento de punição a todas as formas de violência perpetradas contra esse segmento social.

### No contexto policial

- estabelecer maior controle e vigilância nas regiões de fronteira;
- gerar pesquisas e bancos de dados

sobre o perfil dos traficantes, as rotas utilizadas para o tráfico e formas de resgate das vítimas;

- garantir o constante treinamento das pessoas encarregadas da prevenção e da responsabilização na área de tráfico;
- disseminar informações que auxiliem a prevenção do tráfico e permitam que as pessoas denunciem sua prática;
- trocar informações e experiências.

### No trato com as vítimas

- poupá-las de constrangimentos desnecessários;
- protegê-las, mesmo que se neguem a servir como testemunha contra os traficantes;
- mantê-las provisória e legalmente no país onde se encontram, enquanto não são repatriadas.

## Imagem do país no exterior é obstáculo

O tráfico de seres humanos mantém determinadas características, apesar de suas inúmeras facetas em tão diferentes países – das nações desenvolvidas da Europa, basicamente para prostituição, às áreas mais miseráveis da África, Ásia e América, com a mão-de-obra escrava ou até mesmo guerrilheiros precoces.

A principal característica é de que se trata de exploração de gente. A outra é que geralmente as pessoas vão de países pobres ou em desenvolvimento para países ricos, que ocupam os principais assentos das Nações Unidas – afirmou a pesquisadora

Elizabeth Sussekind, do Instituto Latino-Americano de Direitos Humanos, durante o último Seminário sobre Tráfico de Seres Humanos e Exploração Sexual, no Rio de Janeiro.

Para ela, esse é um dos principais indícios de que o problema também engloba uma dimensão cultural. O pequeno número de condenações por esse tipo de crime – pouco mais de 50 em todo o país, segundo dados do Ministério da Justiça – reforça a convicção de Elizabeth de que a sociedade ainda está adormecida para o problema.

Outra pesquisadora, Helena

Theodoro, disse no mesmo seminário que um dos maiores problemas para o enfrentamento do tráfico é a imagem do país.

A nossa imagem lá fora é um convite a uma visão de um Brasil sensual, da mulata, do samba e da permissividade. O turista tem uma idéia dos seus limites e da sua sociedade, mas aqui ele não sente que estar com meninas de 12 ou 13 anos é um problema seu.

Para Helena, o fato de o tráfico ser comandado por máfias das nações desenvolvidas mostra como as pessoas dos países pobres são encaradas como seres inferiores.

## Campanha quer esclarecer vítimas e familiares

“Primeiro eles tiram o passaporte, depois a liberdade.” Ou: “Se alguém oferecer casa, comida e roupa lavada no exterior, desconfie”. Com slogans como esse, a campanha lançada pelo Ministério da Justiça – em parceria com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodc) – para combater o tráfico de seres humanos tem como público-alvo as próprias vítimas em potencial e seus familiares.

Espalhados em aeroportos,

rodoviárias, locais de emissão de passaportes e outros pontos de concentração de viajantes, os cartazes informam telefones da Polícia Federal que a pessoa pode acionar para fazer denúncias sobre este tipo de crime. Mensagens preventivas e dicas de proteção contra o tráfico de seres humanos foram divulgadas em emissoras de rádio nas cidades mais identificadas como origem das vítimas.

A campanha do Ministério da

Justiça faz parte de um programa de cooperação técnica com as Nações Unidas, cujo programa-piloto no momento, abrange apenas os estados de Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo.

### DENUNCIE O TRÁFICO:

#### Polícia Federal

(61) 3311-8705/3311-8270

#### Disque-Denúncia

0800 990500 para casos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes



**ORÇAMENTO** Congresso pode ser obrigado a cortar as receitas superestimadas pelo Executivo para 2007

# Sem LDO, Orçamento pode se complicar



Com sinais cada vez mais evidentes das dificuldades que o projeto da lei orçamentária de 2007 enfrentará para ser aprovado ainda neste exercício – como a possibilidade de o Congresso ser obrigado a cortar as receitas superestimadas pelo Executivo, de R\$ 10,2 bilhões, decorrentes do combate à sonegação e evasão fiscal e sentenças judiciais favoráveis ao fisco –, os parlamentares terão outro imbróglcio para solucionar: se o Orçamento pode ou não ser votado sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Depois de ser lançada como uma alternativa para acelerar a tramitação do Orçamento, que só deve ganhar impulso em novembro, a tese defendida pelos dois relatores – os senadores do PMDB, Valdir Raupp (RO), relator do Orçamento, e Romero Jucá (RR), da

LDO – pode ser abandonada. Os consultores de orçamento das duas Casas devem mostrar esta semana, em nota técnica, os empecilhos jurídicos para viabilizar proposta inédita no processo orçamentário pós-Constituição de 1988.

– O Congresso errou quando não votou a LDO em tempo hábil – afirmou Raupp, em entrevista ao **Jornal do Senado**. O entendimento dele e de Jucá é que a LDO, que ainda depende de aprovação pelo Plenário, perdeu a sua principal finalidade, a de fixar parâmetros para a elaboração do Orçamento. Mas a interpretação dos técnicos é de que a elaboração orçamentária só se esgota com a sanção presidencial ao projeto. Ou seja, que o Congresso também entra nessa etapa, e não só o Executivo.

Os maiores obstáculos contra a tese dos dois relatores estão, porém, do lado da execução orçamentária. Além de não poder entrar em recesso sem aprovar

a LDO, o Congresso poderia ter de administrar situações “extravagantes”, como o envio de medidas provisórias para garantir a liberação de recursos obrigatórios, por exemplo, para o pagamento das aposentadorias e do funcionalismo, no caso de não haver Orçamento aprovado em janeiro de 2007. Ou seja, seriam abertos créditos extraordinários por MP de um orçamento que não existe legalmente, conforme especialistas na área constitucional.

Esse imbróglcio estaria formado porque a regra de execução temporária do Orçamento, com a liberação em duodécimos do projeto do Executivo, está na LDO. Essa possibilidade de editar MPs foi sugerida por técnicos do Ministério do Planejamento, até porque 2006 começou sem Orçamento aprovado. A diferença para 2007 é a possibilidade de não contar também com a LDO. Outra questão é o desrespeito à Lei de



JANE ARAUJO

**Para Valdir Raupp, o Congresso errou ao não votar a LDO em tempo hábil: “Orçamento deveria ser mais enxuto, mais realista”**

Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo os consultores das duas Casas, sem LDO seria instalada uma “insegurança jurídica” quanto à fixação das metas fiscais.

O ministério sustenta que montou sua proposta com base no substitutivo de Jucá aprovado na Comissão Mista de Orçamento. Mas inflou as despesas e não respeitou, por exemplo, o redutor de

0,1% do PIB para a contenção dos gastos correntes em 2007. O que teria de ser subtraído por intermédio de emenda de Plenário de Jucá. “O governo deveria ter feito um orçamento mais realista, mais enxuto”, criticou Raupp.

Pelas suas contas, ainda em uma avaliação preliminar, os buracos no Orçamento oscilam entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões.

## Congresso perde sua margem para atender reivindicações

O cronograma de tramitação do Orçamento de 2007 deve ser definido no dia 4 de outubro, quando os coordenadores das bancadas que possuem assento na Comissão Mista de Orçamento (CMO) estarão reunidos com o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele informou que irá propor a adoção do rito sumário como forma de encurtar prazos e tentar viabilizar, apesar de todas as dificuldades, a votação do Orçamento até o final do ano.

Um dos problemas que mais preocupa o relator é a receita inflada pelo Executivo, que inviabilizou a aplicação do redutor nos gastos correntes de 0,1% do PIB sobre os valores de 2006.

– Se o redutor previsto na LDO for aprovado, o certo seria devol-

ver o projeto ao governo para que ele refaça sua proposta orçamentária – defendeu Raupp.

Para fazer frente aos reajustes concedidos ao funcionalismo – impacto só na folha do Executivo de R\$ 5,6 bilhões em 2007 –, ao salário mínimo e às benesses fiscais para estimular o setor empresarial, o governo deixou de lado suas habituais previsões conservadoras em relação à receita.

O Executivo, pela primeira vez, incorporou as metodologias de cálculo aplicadas pelo Congresso, geralmente criticado por inflar a receita. O resultado foi criar mais

embaraços para os parlamentares. Segundo o relator, haverá necessidade de corte de despesas, só não se sabe o montante.

Pela análise técnica da proposta do Executivo, que deve ser divulgada esta semana, o governo superestimou a arrecadação de tributos importantes, como o maior deles, o Imposto de Renda (R\$ 142 bilhões, com um aumento nominal de 9,9% em relação a 2006), a Cofins (R\$ 102,5 bilhões) e o PIS/Pasep (R\$ 26,6 bilhões), não refletindo no caso desses dois últimos a desoneração prevista pela chamada MP do Bem (Lei 11.196/05). Ver

*quadro abaixo.*

Com isso, embutiu nos R\$ 400,31 bilhões que o fisco espera arrecadar em 2007 (com aumento da carga tributária para 17,4% do PIB) nada menos que R\$ 10,2 bilhões de receitas extraordinárias, atribuindo esse resultado ao esforço de fiscalização e à recuperação de créditos tributários na Justiça. Além do mais, contou com um crescimento da economia de 4,75%, “exagerado”, na avaliação dos técnicos. E manteve a previsão de queda da inflação, com reflexos que pioram o desempenho nominal da arrecadação federal.

O governo também projetou obter R\$ 23,9 bilhões do pagamento de *royalties* e participações especiais na exploração de petróleo e

gás, prevendo aumento do preço do barril ao longo de 2007. Os dividendos devem render R\$ 8 bilhões aos cofres federais, indicando que as estatais, como Petrobras e Banco do Brasil, devem continuar com lucros elevados. Outro reforço deve vir da contribuição dos servidores ao plano de seguridade, no valor de R\$ 6,8 bilhões.

A receita inflada não é o único problema. A proposta para 2007 reservou R\$ 3,5 bilhões para atendimento das emendas parlamentares. No entanto, segundo os técnicos, metade desse valor está comprometido com a saúde. Esse foi o jeito que o governo encontrou para cumprir a obrigação constitucional de aplicações no setor.

**Relator irá propor rito sumário para viabilizar votação**

## Evolução da arrecadação federal (em R\$ milhões)

	Orçamento 2006		Revisão Orçamento 2006 3º bimestre		Orçamento 2007 Projeto de lei	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
<b>1. Receita total</b>	<b>545.935</b>	<b>25,87</b>	<b>549.425</b>	<b>26,14</b>	<b>603.397</b>	<b>26,24</b>
Receita administrada	364.494	17,28	362.341	17,24	400.314	17,41
Imposto de Renda	125.944	5,97	129.281	6,15	141.161	6,14
Cofins	94.007	4,46	91.425	4,35	102.568	4,46
Arrecadação líquida do INSS	123.673	5,86	123.323	5,87	134.922	5,87
Receitas não-administradas*	57.987	2,75	63.979	3,04	69.061	3,00
<b>2. Transferência a estados e municípios</b>	<b>90.128</b>	<b>4,27</b>	<b>90.895</b>	<b>4,33</b>	<b>101.800</b>	<b>4,43</b>
Receita líquida (item 1 menos o item 2)	455.807	21,60	458.530	21,82	501.597	21,81

\* *Royalties*, dividendos, contribuição dos servidores ao plano de seguridade, etc.

Fonte: Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007



## Voz do Leitor

## SAÚDE

“Gostaria que fosse apresentada uma proposta permitindo que se disponibilizem mais recursos para a saúde em todos os estados do país. O Sistema Único de Saúde (SUS) está em estado de calamidade.”

**Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)**

## NEPOTISMO

“Ouvimos, no início deste ano, a promessa de que seria colocado na pauta de votações da Câmara o projeto de lei que acaba com a vergonhosa prática do nepotismo nas três esferas do poder público. No entanto, já não se ouve mais falar no assunto. Aproveito para convocar os cidadãos brasileiros a se unirem e darem a resposta na próxima eleição.”

**João José Santos Neves, de Adustina (BA)**

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

“A Lei Maria da Penha Maia (Lei 11.340/06) cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e prevê punição apenas para os homens que agridem mulheres, não punindo a mulher no caso contrário. Por que o conteúdo da lei visa punir apenas os homens?”

**Leonivaldy Medeiros da Silva, de São Vicente Ferrer (PE)**

## REELEIÇÃO

“Sou a favor da lei que proíbe a reeleição dos prefeitos e vereadores municipais, pois eles acabam usando indevidamente recursos públicos.”

**Carlos Antônio Resende, de Ritópolis (MG)**

## IMUNIDADE PARLAMENTAR

“A imunidade parlamentar e o fórum especial são, na verdade, um refúgio para muitos políticos

delinquentes.”

**Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)**

## VOTO ABERTO

“Após a louvável aprovação – em primeiro turno, na Câmara dos Deputados – da PEC do voto aberto nas votações do Parlamento, vejo alguns senadores dizerem que o voto aberto para todas as votações poderia causar constrangimentos. Como cidadão, não vejo essa medida como constrangimento, mas, sim, como a disposição dos homens públicos de assumirem seus atos, assim como todos os cidadãos de bem deste país já o fazem. Parabéns ao Congresso por essa medida que beneficiará, sobretudo, a democracia brasileira. Desejo que ela seja aprovada, integralmente, o quanto antes.”

**Victor Magno Gomes de Paula, de Juiz de Fora (MG)**

## ESCRÚPULOS

“Em nosso país, os políticos são considerados autoridades quando se curvam diante das classes menos favorecidas para tentarem ser eleitos. Quando será que o povo brasileiro, em especial o estado do Ceará, poderá respirar tranquilamente e saber que votou em pessoas decentes, com escrupulos e moral para defendê-lo?”

**Paulo Sérgio Santos, de Pentecoste (CE)**

## PELÍCULAS

“A proibição do uso de películas escuras nos vidros de veículos de carga fere o direito de privacidade do cidadão. Sugiro que essa lei seja alterada, pois o uso de películas ajuda na segurança, principalmente de motoristas de caminhão, e também serve como proteção contra os raios ultravioleta.”

**Luciano Mota de Oliveira, de Itumbiara (GO)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Pergunte ao Senador

## TV DIGITAL

**Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)**

“Senador Arthur Virgílio, qual a sua opinião sobre a Zona Franca de Manaus perder a exclusividade na produção dos equipamentos para a TV digital?”

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) responde:



Caro Murilo, o problema é mais grave do que apenas perder a exclusividade, porque, se fosse isso, dava-se um jeito. A questão não está em se dizer: “Olha, o Brasil também deve ter o mesmo direito”, porque isso joga o Brasil todo contra o Amazonas. Trata-se de nós reconhecermos que o Amazonas tem desvantagens de localização e desvantagens comparativas graves, e que, se derem incentivos da Lei de Informática para que estados fortes – dois do Nordeste, Pernambuco e Bahia; três do Sul e quatro do Sudeste – também entrem na televisão digital, significará que não poderemos mais produzir, porque não teremos preço para acompanhar. Durante décadas abastecemos o mercado brasileiro com TV analógica, inclusive, fazendo um grande bem à balança comercial brasileira. Aí, vem a nova tecnologia e nós ficamos de fora? É por isso, e não por egoísmo, que nós exigimos a exclusividade. Estão tentando nos dar uma compensação. Como no tempo da ditadura, o ministro Luiz Fernando Furlan faz o papel do torturador bom e o ministro das Comunicações, Hélio Costa, o papel do torturador mau. E qual é o papel do torturador mau? Bate, dá choque elétrico, bate de novo e depois que acaba a primeira sessão de tortura, com o moral do preso já arriando, aparece o torturador bonzinho e diz: “Vamos resolver isso logo. Esse cara vai te matar. Eu posso te oferecer algo bom, o *set-top box*. Eu posso te dar a caixinha conversora de TV analógica para digital, que é um mercado fantástico de R\$ 100 bilhões. Você pode ganhar um dinheirão com isso”. Só que o *set-top box* já é nosso, isso quem diz é a própria Lei de Informática. Aí argumentam: “Mas tem *chip*, é a segunda geração, esse aparelho tem memória”. Mas é nosso, porque, assim como a nossa anatomia inclui o pé – e só tem fábrica de meia porque a nossa anatomia inclui o pé –, não tem sentido dizer que se trata de computador uma peça que só tem razão de ser se acoplada a uma televisão. Da forma proposta, vamos acabar perdendo a TV digital porque não temos como competir, por várias razões, inclusive porque não demos o grande salto tecnológico lá. Já o Rio Grande do Sul se preparou muito ferozmente para isso. Existem ainda as desvantagens que aponte no início. Além disso, o *set-top box*, em cinco ou seis anos, cumpriria a sua missão, e nós ficaríamos com um pólo fantasma. O pólo eletroeletrônico representa hoje 63% do faturamento e gera 50 mil empregos diretos, entre os diretos e os terceirizados. Estamos numa hora difícil. Não se trata de egoísmo. Precisamos de uma palavra clara do governo federal: se vai nos tirar a TV digital, que diga logo. E nós iremos lutar contra essa decisão.

## Frases

“Se nós somos tão rigorosos com os nossos adversários, nós temos de ser também com problemas que acontecem quando nós somos governo, e com pessoas dentro do governo, ou no âmbito do nosso partido, quando agem de maneira inadequada”

Eduardo Suplicy, pedindo “maior rigor ético” a representantes do PT.

“Reeleger Lula equivale a avalizar a imoralidade administrativa, a corrupção, o mensalismo, o vampirismo, o golpismo, a incompetência, a chantagem, a prepotência, o suborno”

Arthur Virgílio, sobre a crise envolvendo o PT na compra de dossiê contra o candidato tucano ao governo paulista, José Serra.

“Sinto-me na obrigação de exigir que alguém do PFL ou do PSDB diga também que se deve ir até as últimas consequências em relação aos dois lados da moeda”

Ideli Salvatti, ao cobrar da oposição empenho na investigação do conteúdo do dossiê.

“Trata-se de um assessor direto do presidente. Essa bomba cai dentro do Palácio do Planalto. Freud é uma pessoa do Gilberto Carvalho [chefe de gabinete do presidente Lula]. Nós estamos com a reedição do caso Waldomiro, mas de forma mais explosiva”

Agripino Maia, comparando a denúncia contra o assessor do presidente Lula, Freud Godoy, ao caso do ex-assessor da Presidência Waldomiro Diniz, flagrado cobrando propina de empresários de casas de jogos.

“Por que, na CPI dos Sanguessugas, ele não falou que tinha mais a apresentar, já que está incurso na delação premiada? Lula jamais iria cair nessa idéia de jerico”

Sibá Machado, isentando o presidente Lula de culpa no caso do dossiê contra José Serra.

“O dinheiro tem DNA, é preciso que a Polícia Federal apure de onde vem”

Heráclito Fortes, defendendo que, antes de a CPI dos Sanguessugas convocar José Serra, é preciso apurar a denúncia de compra de dossiê contra Serra.

## Foto da Semana

O escândalo provocado pelas negociações entre Luiz Antônio Vedoin, um dos chefes da máfia dos sanguessugas, e integrantes do PT, em torno de um suposto dossiê contra o PSDB, chegou à CPI dos Sanguessugas. Seus integrantes decidiram solicitar à Polícia Federal, ao Ministério Público e à Justiça Federal informações e documentos sobre as novas investigações. Vedoin, que voltou a ser preso, deve ser ouvido novamente



MARCIA KALUNE



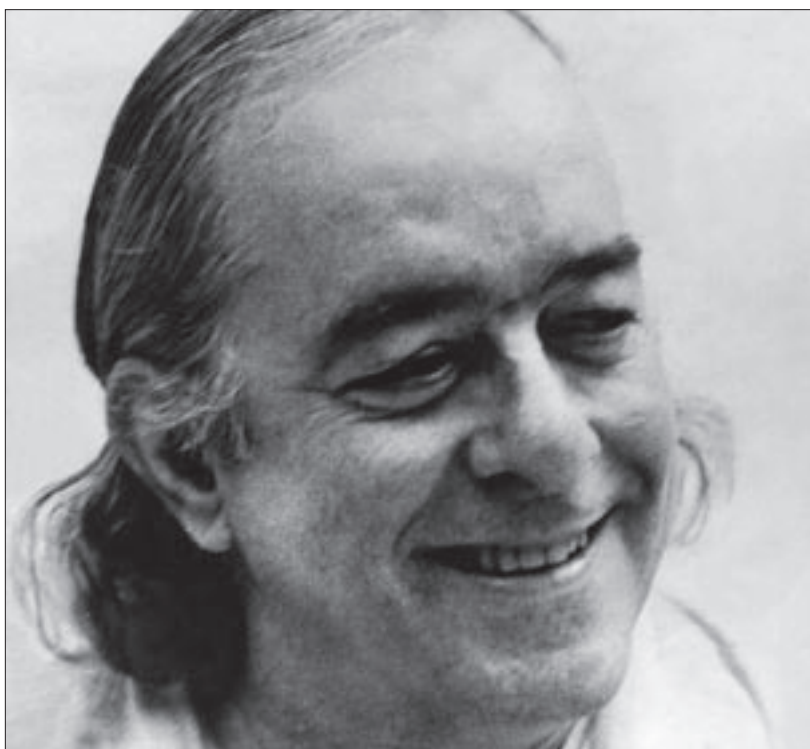
# Música, poesia e saudade

A trilha sonora do filme-documentário *Vinicius* – lançado no fim de 2005 e bem recebido por público e crítica – é o destaque desta semana no programa *Música do Brasil*, que a Rádio Senado leva ao ar no sábado, às 16h, com reprise no domingo, às 11h, e na quarta-feira, às 23h.

Dirigido por Miguel Faria Júnior, o filme celebra o poeta e compositor Vinicius de Moraes (1913-1980), intercalando narrativas sobre sua vida e sua obra, que reúne 400 versos e 400 canções em 50 anos de carreira. Além de depoimentos de amigos e familiares, os atores Ricardo Blat e Camila Morgado interpretam poemas ao longo do documentário.

Ao lado de diversas gravações originais com o compo-

sitor, o filme conta também com novas versões cantadas por artistas como Zeca Pagodinho, Olívia Byington e Adriana Calcanhoto. Incluem a programação do *Música do Brasil*, entre outras, as canções *Se todos fossem iguais a você*, com Renato Braz; *Insen-satez*, com Mônica Salmaso; *Soneto de fidelidade*, com Camila Morgado; *Valsa de Euridice*, com o violão de Yamandú Costa; *Medo de amar*, com Chico Buarque; *Poema dos olhos da amada*, com Caetano Veloso; *Soneto do amor total*, com Maria Bethânia; *Eu sei que vou te amar*, com Adriana Calcanhoto; *Você e eu*, com Carlos Lyra; *Tarde em Itapoã*, com Toquinho; *Berimbau*, com Edu Lobo; *Pátria minha*, com Ferreira Gullar; e *Pau-de-arara*, com Sérgio Cassiano.



Trilha sonora do filme-documentário *Vinicius* é destaque do programa *Música do Brasil*, da Rádio Senado, que vai ao ar no sábado, às 16h

REPRODUÇÃO

## Rádio Senado

### TODOS OS DIAS

6h - Matinas  
7h55 - Cidadania Dia-a-dia  
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais  
7h10 - Música e Informação  
8h - Senado Notícias  
8h30 - Plenário em Destaque  
19h - Voz do Brasil  
19h30 - Jornal do Senado  
20h - Música e Informação  
21h - Crônicas Musicais (reprise)  
21h10 - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
24h - Música e Informação

### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias

### SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação  
9h30 - Música e Informação  
21h - 180 Anos do Senado  
22h - Música e Informação

### SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo  
10h - Senado Notícias (reprise)  
11h - Senado Resumo (reprise)  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
23h - Brasil Regional (reprise)

### TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

### SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Música e Informação  
18h - Senado Resumo  
20h - Reportagem Especial  
23h - Improviso Jazz (reprise)

### SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira  
9h - Prosa e Verso  
10h - Especial (reprise)  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo (reprise)  
13h40 - Música e Informação  
15h - Autores e Livros  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo (reprise)  
20h - Escala Brasileira

### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
11h - Música do Brasil  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso  
17h - Reportagem Especial (reprise)  
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)  
20h - Jazz & Tal

## Como sintonizar

**FM**  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Fala Cidadão  
3h - Idéias  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Idéias  
5h30 - Fala Cidadão  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Especiais/Comissões  
12h - Idéias  
12h30 - Entrevista 3  
13h - Cidadania 3  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Conversa de Músico  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 4  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 1  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 1  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 2  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 3/Comissões  
20h30 - Entrevista 3  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 4  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 4  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 1  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 2/Comissões  
20h30 - Entrevista 2  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 2  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 3  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 3  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 4  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 1/Comissões  
20h30 - Entrevista 1  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 3  
14h15 - Jornal do Senado  
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Conversa de Músico  
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural  
23h30 - Idéias  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

1h - Cidadania  
2h - Idéias  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Fala Cidadão  
4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Idéias  
7h30 - Entrevista  
8h - De Coração  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Idéias  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Fala Cidadão  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Conversa de Músico  
15h - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Entrevista  
17h30 - Idéias  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Leituras  
20h30 - Fala Cidadão  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Idéias  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

1h - Cidadania  
2h - Fala Cidadão  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Idéias  
4h30 - De Coração

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

### UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Fala Cidadão  
7h30 - Entrevista  
8h - Jornal do Senado  
8h30 - De Coração  
9h - Especiais  
9h30 - Idéias  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Fala Cidadão  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Idéias  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Fala Cidadão  
17h30 - Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Idéias  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Fala Cidadão  
23h30 - De Coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?



## RESENHA

REPRODUÇÃO



Publicação apresenta o trabalho do cientista Louis Ferdinand Cruls, que escolheu área prevista na Constituição de 1891

## Relatório Cruls demarca capital no Planalto Central

O cientista belga Louis Ferdinand Cruls dedicou boa parte de seu trabalho ao Brasil, país que considerava sua segunda pátria. Em 1892, foi escolhido pelo governo do marechal Floriano Peixoto para chefiar a comissão incumbida de explorar e demarcar a área para a nova capital do Brasil, segundo estipulava a Constituição de 1891.

A obra, também conhecida como Relatório Cruls, constitui um modelo de concisão e de espírito científico. Um texto parcial foi publicado em 1893, e o relatório final foi concluído e publicado em 1894, juntamente

com o atlas dos itinerários, perfis longitudinais e da zona demarcada.

Podendo escolher livremente uma zona mais acessível, Cruls foi buscar no coração do Brasil a mesma região que já vinha sendo apontada desde a época da Independência, mantendo-se fiel ao velho sonho de José Bonifácio, de Hipólito da Costa e de Varnhagen, que era o de colocar a nova capital no planalto de Goiás.

A publicação traz folhas de rosto em português e francês, e o texto é apresentado em colunas paralelas, nas duas línguas.

*Atlas dos Itinerários e da Zona Demarcada - Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Relatório de Louis Ferdinand Cruls ao governo do marechal Floriano Peixoto*

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site [www.senado.gov.br/sf/biblioteca](http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca), pelo e-mail [sbib@senado.gov.br](mailto:sbib@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-3943.

## SENADO

# A Biblioteca Luiz Viana Filho e sua história

O público de Belém teve a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o Senado na noite da última quinta-feira, na X Feira Pan-Amazônica do Livro, quando a biblioteca da Casa promoveu o lançamento do livro *Biblioteca Luiz Viana Filho - 180 anos de história viva*, realizado no estande da instituição.

– O livro é maravilhoso. É um privilégio termos uma publicação como essa na nossa feira – afirmou o secretário de Cultura do Pará, Paulo Chaves, responsável pela organização do evento.

A publicação – que conta a história e apresenta as principais obras raras da Biblioteca do Senado – destaca-se por registrar o progresso da arte de editar livros. A obra traz um catálogo de mais de cem títulos com valor literário e artístico publicados desde 1633 até os dias atuais.

– Com essa publicação, oferecemos algo a quem vê o livro como um produto cultural transcendental, que traz um testemunho do seu tempo e do seu autor. Grande parte dos livros nela descritos são



A diretora-adjunta da Biblioteca do Senado e o secretário de Cultura do Pará, Paulo Chaves, no lançamento da obra em Belém

raridades em todo o mundo – disse a diretora-adjunta da Biblioteca do Senado, Stelina Pinha.

Como a biblioteca acompanha o Senado desde a Independência do país, o livro permite compre-

ender o desenvolvimento institucional e do país, tendo em vista que o acervo e a manutenção da informação variaram de acordo com o momento econômico e político nacional.

## Atriz participa de reunião sobre evento no Senado

O Comitê de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal realizou na terça-feira passada reunião para decidir detalhes relativos à 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Participou da reunião a atriz Isabel Fillardis, presidente da Força do Bem – organização não-governamental de apoio a portadores de deficiência. A ONG foi escolhida para ser a representante oficial da semana, que ocorrerá entre os dias 20 e 26 de novembro.

## Nilcéa Freire quer mais atendimento às mulheres

A titular da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, ministra Nilcéa Freire, defendeu a construção de novos centros de atendimento à mulher exposta a situações de violência. Ela participou de videoconferência do Interlegis que debateu a aplicabilidade da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.

### Aconteceu no Senado

## A era FHC e a polêmica da reeleição

Quando foi criado, em abril de 1994, o Plano Real – que viria a estabilizar a economia brasileira depois de décadas de inflação –, o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) era o ministro da Fazenda e assumiu a responsabilidade pelo lançamento do plano.

Com o sucesso da nova moeda, Fernando Henrique lança sua candidatura à Presidência. Em 3 de outubro de 1994, alcança a preferência do eleitor e torna-se o novo presidente da República.

No penúltimo ano de seu

primeiro mandato, tendo o ambiente propício, conseguiu que o Congresso aprovasse a Emenda Constitucional 16, de 4 de junho de 1997, que passou a permitir a reeleição aos cargos do Executivo. Senadores de oposição criticaram o ato, e muitos deles defenderam um referendo popular sobre o assunto.

– A emenda é uma agressão ao ordenamento jurídico constitucional – chegou a afirmar o senador Eptácio Cafeteira (PPB-MA).

Apesar dos problemas econômicos enfrentados durante o

ano de 1998, Fernando Henrique lançou-se novamente candidato. Vitorioso com mais de 50% dos votos em primeiro turno, o presidente tucano completou seu segundo mandato em 2002. Após a vitória de 1998, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ressaltou:

– Quero chamar a atenção para a grande vitória do presidente Fernando Henrique. É bom para o Brasil e bom para o mundo. O governo conserva a sua base no Congresso, e o presidente teve um recorde de votos na história do país.



Fernando Henrique Cardoso vence as eleições de 1994 e assume a Presidência do Brasil respaldado no sucesso do Plano Real

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

#### JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

ROBERTO HOMEM/AGÊNCIA SENADO

ARQUIVO FOTOGRAFICO SECS/SEDOC



# Como evitar imprevistos com os seguros

Quem faz um seguro busca transferir à seguradora pelo menos o prejuízo financeiro de fatos que possam ocorrer no futuro e causar danos à vida, à saúde, aos direitos ou seu patrimônio.

Os seguros vêm obtendo grande amplitude e as coberturas oferecidas atualmente podem cobrir não apenas os riscos de morte e de acidentes, mas também situações de constrangimento ou de insucesso em qualquer campo.

No entanto, para muita gente, as condições dos seguros e a linguagem dos contratos continuam difíceis de entender, o que pode transformar o segurado em uma vítima fácil de pretensos corretores ou de corretores inescrupulosos. Além disso, sem informações adequadas, o interessado pode cair em erros sérios na hora de assinar o contrato.

Veja nesta edição do *Especial Cidadania* dicas para facilitar a vida de quem quer fazer seguro.

## Há opções para segurar quase tudo

### ► Seguro de vida

As coberturas de uma boa apólice desse seguro devem abranger morte por qualquer causa e invalidez permanente, total e parcial, por doença ou acidente. Podem ter também indenização especial em caso de morte acidental e coberturas para cônjuge e filhos. A indenização é paga ao beneficiário escolhido pelo segurado de uma vez ou mensalmente, em época determinada ou não. O custo do seguro fica mais alto à medida que aumenta a idade do segurado. Algumas modalidades:

- **Individual** – O custo de um seguro de vida individual é baseado na idade do segurado na data da contratação. Essa modalidade em geral exige um período de carência, em que o segurado paga mas ainda não está coberto pelo seguro.

- **Em grupo** – Em geral mais barato, é contratado junto à seguradora por um estipulante (empresa, associação de classe) em nome do segurado. O valor a ser pago leva em conta a média de idade de todos os segurados.

- **Resgatáveis em vida** – Pagos por um prazo determinado, funcionam como poupança a longo prazo. Se o segurado optar por resgatá-los antes do fim do contrato, recebe valor proporcional às contribuições feitas.

### ► Seguro de acidentes pessoais

Paga indenização ao segurado ou aos seus beneficiários em caso de acidente sofrido pelo segurado, oferecendo duas coberturas básicas (morte e invalidez permanente) e duas adicionais (despesas médico-hospitalares e diárias de incapacidade temporária).

### ► Seguro-saúde

Reembolsa despesas com cirurgias, exames, tratamentos, consultas

médicas e estadias em hospitais realizadas pelo segurado. Não confundir com planos de saúde, que dão direito a realizar procedimentos em troca de uma parcela mensal.

### ► Seguro-residência

Além do tradicional seguro contra incêndio, queda de raios e explosão, há apólices contra desmoronamento, alagamento, impacto por veículos, queda de aeronave, roubo, explosão seca, dano elétrico, queimadas em zona rural, vendaval, ciclone, furacão, etc.

### ► Seguro-educação

Na falta do segurado, o seguro garante a educação das pessoas indicadas por ele, podendo cobrir os estudos até a universidade e ainda as despesas com livros, dependendo do que estiver previsto em contrato.

### ► Seguro de responsabilidade civil

Cobre as indenizações que o segurado tenha que pagar em razão de sua atividade profissional e os prejuízos causados involuntariamente a outras pessoas pelo segurado ou por pessoas pelas quais ele seja responsável civilmente (a janelas de um vizinho quebrada por uma brincadeira do filho do segurado, por exemplo).

### ► Seguro de fiança locatícia

Garante o pagamento do aluguel do segurado, evitando o constrangimento de se ter que pedir a terceiros que assumam responsabilidades em contratos de locação. É importante saber que, se a seguradora pagar os aluguéis atrasados, ela cobrará judicialmente do segurado os valores pagos.

### ► Seguro de renda ou previdência privada

Veja na edição 113, de 13/3/2006, do *Especial Cidadania* os detalhes sobre essa modalidade de seguro.



Seguro contra incêndio é um dos muitos oferecidos no mercado para proteção da residência e de bens

## Leitura atenta da proposta é essencial para contratar

Veja as regras básicas para fazer um bom seguro:

- Reflita seriamente sobre suas reais necessidades para não pagar por coberturas supérfluas.
- Escolha o tipo de seguro baseado no risco de o sinistro acontecer e no prejuízo que você ou sua família terão.
- Faça pesquisa de preços.
- Verifique se o corretor é autorizado pela Susep e consulte o Procon sobre a seguradora.
- Verifique vantagens e desvantagens das coberturas e do valor da indenização e guarde folhetos, propagandas ou ofertas.
- Não acredite em informações que não constem na apólice.

## Atenção para as cláusulas abusivas

Por determinação do Ministério da Justiça (Portaria 3/01), os contratos não podem ter cláusulas que:

- presumam o conhecimento pelo consumidor de fatos novos não previstos no contrato;
- impeçam o consumidor de recorrer administrativamente ou judicialmente de prejuízos;
- determinem a perda das prestações já pagas em caso de desistência ou inadimplência;
- estabeleçam ao mesmo tempo multa e perda do valor do sinal em caso de desistência;
- estipulem, de forma expressa ou não, juros capitalizados (juros sobre juros);
- impeçam o consumidor inadimplente de obter informa-

- ções de posse do fornecedor, tais como histórico escolar, registros médicos, etc.;
- autorizem o envio do nome do consumidor e/ou dos seus fiadores aos cadastros de consumidores (SPC, Serasa) enquanto houver discussão na Justiça;
- excluam a indenização em caso de doença preexistente, salvo se a seguradora comprovar que o consumidor sabia da doença na época da contratação;
- estabeleçam que só serão indenizadas pelo seguro de responsabilidade civil as reclamações realizadas na vigência do contrato (o correto é a seguradora indenizar qualquer reclamação feita sobre evento ou sinistro ocorrido durante a vigência do contrato).

## Entenda melhor o contrato de seguro

São elementos dos contratos de seguros:

**Proposta** – Formulário preenchido com as condições do seguro e informações do segurado.

**Apólice** – Contrato de seguro.

**Estipulante** – Aquele que contrata o seguro em nome de um segurado.

**Beneficiário** – Aquele que vai receber a indenização na ocorrência do sinistro.

**Seguradora** – Empresa que tem a obrigação de pagar a indenização se ocorrer o sinistro.

**Risco** – Possibilidade de ocorrência de um evento em razão da qual é feito o seguro. Por exemplo, no contrato de seguro contra acidentes pessoais, o risco é a possibilidade de ocorrer um acidente com o segurado.

**Sinistro** – Efetiva ocorrência do evento previsto no contrato.

**Prêmio** – Custo do seguro.

**Cobertura** – Valor pago pela seguradora na ocorrência do sinistro.

**Carência** – Período em que o segurado paga o seguro mas ainda não tem direito à indenização.

**Franquia** – Valor abaixo do qual a seguradora não se responsabiliza pelos danos causados pelo sinistro.

**Prazo de vigência** – Período de cobertura do seguro.

## Informações e projetos de lei

### Projetos de lei

PLS 169/06 - Impede que o autor, co-autor, ou participe de homicídio doloso ou de tentativa de homicídio contra o segurado receba a indenização. **Autor:** senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

PLS 192/06 - Possibilita o controle do aumento de prêmios e do cancelamento de contratos de seguro de vida pela Susep. **Autor:** senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

PLS 143/05 - Obriga as seguradoras a manter cadastro unificado

atualizado dos segurados e beneficiários dos seguros de vida. **Autor:** senador Valmir Amaral (PTB-DF).

### Informações

**Superintendência de Seguros Privados (Susep)**  
Disque Susep - 0800 21-8484  
[www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)

DF - SBS, quadra 1 - Bl. K - 13º andar - Ed. Seguradora Brasília (DF) - CEP 70093-900 (61) 3322-8995, 3223-2129 e 3224-3008 - Fax 3223-1129

RJ - Rua Buenos Aires, 256 - Centro Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20061-000 (21) 3806-9800

RS - Rua Coronel Genuíno, 421, 11º andar - Porto Alegre (RS) CEP 90010-350 (51) 3221-0779/4571/3513 Fax 3212-6712

SP - Rua Formosa, 367 - 26º andar - Edifício CBI - São Paulo (SP) CEP 01049-000 (11) 223-5569/9752 Fax 223-0534